

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomi Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva

Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 22..... | 272 |
| O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 281 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 282 |

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Data de aceite: 24/08/2021

Gilian Evaristo França Silva

Instituto Federal Catarinense – IFC
Brusque – Santa Catarina

RESUMO: Neste artigo analisamos as festas e celebrações públicas promovidas pelas câmaras municipais da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Essas manifestações eram representações políticas e culturais vigentes no Império português. Para essa análise, consultamos fontes manuscritas, de cunho político-administrativo. Na análise, evidenciamos que nos momentos festivos, as hierarquias sociais eram reafirmadas e cada segmento social possuía seu lugar próprio nos espaços celebrativos, nas etapas rituais. Isso exibiu a etiqueta social vigente e os códigos sociais de honra e prestígio.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara municipal, Festas e Celebrações, Mato Grosso.

THE MUNICIPAL CHAMBERS OF THE CAPITANIA OF MATO GROSSO: LABEL, HONOR AND PRESTIGE

ABSTRACT: In this article we analyze the festivals and public celebrations promoted by the municipal councils of the Mato Grosso captaincy in the 18th century. These manifestations were political and cultural representations in force in the Portuguese Empire. For this analysis, we consulted handwritten sources of a political-administrative nature. In the analysis, we

evidenced that in festive moments, social hierarchies were reaffirmed and each social segment had its own place in celebratory spaces, in ritual stages. This exhibited current social etiquette and social codes of honor and prestige.

KEYWORDS: City Council, Festivities and Celebrations, Mato Grosso.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos as práticas de etiqueta, honra e prestígio presentes nas festas e celebrações públicas, realizadas em decorrência das etapas da vida dos reis e dos membros da família real lusitana, organizadas pelas câmaras municipais da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Todas as etapas da vida dos soberanos portugueses e dos membros da realeza eram acompanhadas pelos colonos, a partir da chegada da notícia, fossem momentos alegres - como os avisos de nascimentos, casamentos, aniversários reais - ou de tristeza, em virtude de falecimentos. Era uma prática constituidora de uma representação da *persona real*, com a intencionalidade de reforçar os elos de pertencimento dos súditos ao corpo político do Império lusitano (XAVIER & ESPANHA, 1998, p. 114-132).

Os festejos e cerimônias públicas foram mecanismos institucionais, compondo uma das obrigações dos camarários e membros dos governos locais. No caso do Império português, desempenharam a tarefa de

estender metaforicamente a presença do rei aos confins das possessões ultramarinas. As etapas festivas acentuaram símbolos, alegorias, imagens referentes ao soberano, personificando-o na cerimônia, como foi evidenciado na capitania de Mato Grosso. Essas celebrações visaram construir, por meio de suposto regozijo comum, uma identidade entre a Coroa portuguesa e os súditos dos diversos pontos do Império.

A capitania de Mato Grosso teve sua formação decorrente do avanço bandeirante luso-paulista, visando o aprisionamento indígena, e da descoberta de veios auríferos. Sua localização era o espaço da fronteira com os domínios castelhanos, territorialidade que esteve indefinida, disputada pelas Coroas ibéricas durante o século XVIII. Portugal e Espanha, através dos Tratados de Limites, buscaram afirmar suas posições geopolíticas sobre um vasto território, ocupado por muitas nações indígenas.

A capitania de Mato Grosso formou-se inicialmente sobre a repartição da Vila do Cuiabá. Na década de 1730, o avanço da mineração pelos luso-paulistas e portugueses prosseguiu à noroeste de Cuiabá e levou à formação de um novo termo, com os arraiais do Mato Grosso e com a fundação de Vila Bela. Desta forma, a capitania de Mato Grosso passou a ser composta por esses dois termos ou repartições, o Cuiabá e o Mato Grosso (ROSA, 2003, p. 42). Cada vila formada constituiu sua câmara municipal.

Nessa capitania instalou-se uma sociedade organizada a partir das ações de sertanistas, mineradores, agricultores, comerciantes e profissionais de vários ofícios. Sua população era caracterizada por forte mestiçagem, constituída por brancos, negros, pardos, índios, livres e escravizados, situados num espaço de forte hierarquização e diferenciação entre os indivíduos. Essa diversidade de grupos era alvo das festas e celebrações organizadas pelas câmaras, momentos de exibição da etiqueta, honra e prestígio social.

2 | AS CAMÃRAS MUNICIPAIS: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Com a conquista dos territórios coloniais, era preciso reproduzir uma instância político-administrativa que servisse de modelo geral e relativamente uniforme de organização local. Este acabou sendo o papel das câmaras municipais, que reuniam em si os poderes legislativo, judiciário e executivo (BICALHO, 2001, p. 191). As câmaras eram os pilares sustentadores do Império português em seus domínios, significando uma continuidade que governadores, bispos e magistrados, autoridades passageiras, não podiam assegurar. Os territórios conquistados necessitavam de normas, que garantissem a presença do Estado nesse processo. Além disso, as colônias ultramarinas precisavam suprir o Estado português de suas necessidades, possibilitando ao mesmo o acúmulo de capitais decorrentes da exploração econômica de seus territórios.

Os ambientes urbanos ganhavam forma com a instalação das câmaras municipais, pois elas levavam o padrão ordenador que era extraído das Ordenações do Reino e das normas eclesiásticas, fazendo das vilas lugares de política. A câmara municipal era

composta, de maneira geral, por um juiz-presidente - que tanto podia ser um juiz ordinário, caso eleito localmente, quanto juiz-de-fora, nomeado pelo rei -, dois vereadores, e um procurador (BICALHO, 2001, p. 192). Sua ação era formalizada nas posturas municipais, legislação importante na orientação das condutas sociais (ROSA, 2003, p. 16-17).

Cabia a essa instância político-administrativa gerenciar as rendas provenientes de naturezas diversas, como tributos e donativos, cabendo-lhe ainda: arrecadar contribuições voluntárias dos moradores; arcar com os custos da defesa; pagar obrigatoriamente os soldos das tropas e guarnições; construir e reparar as fortalezas; manter armadas em situações de perigo; ser responsável pelas obras públicas e outros melhoramentos urbanos.

Também era responsável por organizar o comércio, proibindo as transações daqueles que não obtivessem sua licença, fiscalizando os preços e a qualidade dos produtos. A câmara municipal era quem concedia licença para o exercício de qualquer ofício, autorizações obtidas conforme análise da capacidade do requerente. Isto se referia aos artesãos, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pintores, entalhadores, cirurgiões e muitos outros. Essa instância político-administrativa geria espaços e vias públicas, como a abertura de ruas, calçamento e construção de pontes e chafarizes. Zelava, ainda, pelo correto alinhamento das casas e pela largura das ruas e garantia a obediência às leis do reino, prendendo e punindo os contraventores (SANTIAGO, 2003, p. 43).

Os homens eleitos para a composição da câmara gozavam o direito de serem tratados como nobres, por ocuparem cargos de juiz ordinário, vereador, procurador e almotacé. Esse processo de formação de uma câmara municipal constituía-se com o reconhecimento dos poderes locais presentes nas localidades de sua instalação. Na eleição do corpo governativo da maioria das municipalidades ultramarinas, os cargos concelhios deveriam ser preenchidos pela “nobreza da terra”. Isso não significava que todos fossem nobres, na concepção estamental vigente no Antigo Regime, ou seja, nobreza de sangue, derivada de uma linhagem nobiliárquica. Essa nobreza da terra era formada pelos detentores de poderio político e econômico, formando as elites locais.

A condição de conquistas ou de colônias, aliada à distância em relação à Corte e à sede da monarquia e ao monarca, subtraíam as elites ultramarinas dos mecanismos de nobilitação presentes no reino, tais como aquisição de títulos, de foros de fidalgo da casa real e das cartas e brasão de armas. Restava às elites locais procurarem, como formas de obtenção de elementos considerados símbolos de distinção, ser familiares do Santo Ofício, cavaleiro das ordens militares e, sobretudo, ocupar algum cargo junto à administração local por intermédio das câmaras, das ordenanças e das misericórdias. Esses cargos serviram de espaço de distinção e de hierarquização social.

Das muitas atribuições das câmaras municipais, a que lhes dava maior prestígio eram as promoções das festas e celebrações públicas, sobretudo às relativas aos eventos da vida do rei e dos membros da Família real portuguesa. As câmaras editavam bandos, marcavam datas, definiam os locais, convocavam o povo, a nobreza da terra e o clero,

limpavam as ruas das vilas e arcavam ou dividiam as despesas. Nas solenidades, os oficiais camarários reforçavam a hierarquia política e social manifestada nos adornos, nos gestos, na precedência dos cortejos, nos trajes e na escolha das principais ruas da vila que seriam percorridas pelas procissões.

Além de organizarem essas festas e celebrações públicas, os camarários precisavam atuar como protagonistas locais, ou seja, eram os representantes da monarquia nesses momentos, reconhecidos como forças político-econômicas locais. Os oficiais camarários não podiam se descuidar da sua aparência em público, pois representavam o poder régio nas vilas coloniais. A distinção era explicitada aos demais segmentos sociais das localidades coloniais por meio dos gestos, comportamentos, falas, posições nos cortejos e procissões, e trajes.

Nos dias das cerimônias públicas, os vereadores da câmara municipal carregavam uma vara branca e os almotacés uma vermelha, objetos símbolos de distinção, representativos do poder. Os vereadores trajavam capas de seda branca, véstias, meias e plumas. Nos dias de cortejo fúnebre, usavam capas compridas, bandeira negra e faixas de tecidos negro nos braços. Em diferentes ocasiões celebrativas as ações, gestos e discursos construíam um mundo social que era dado à leitura a todos os segmentos da sociedade, objetivando a reafirmação da hierarquia social e política.

Dessa forma, quando do recebimento das notícias que envolviam a pessoa do rei ou da própria família real lusa — que chegavam, muitas vezes, um ano após o ocorrido —, o capitão-general avisava às câmaras municipais sobre o acontecimento, para que as mesmas pudessem estabelecer as datas para a realização de festas ou cerimônias demonstrativas de alegria ou tristeza nas vilas. As câmaras tinham a incumbência de organizar essas manifestações demonstrativas da fidelidade portuguesa, convocando todos os segmentos sociais, estabelecendo as datas das cerimônias públicas (AHU-NDIHR - Doc. 62; APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01; AHU – NDHIR - Doc. 1781; APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770 a 1779 – Alteração dos capítulos 5º, 6º, 7º, 9º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º do livro das Correições e Audiências Gerais que serve na Ouvidoria).

Esses eventos festivos, juntamente com a instalação do aparato jurídico, político e fazendário, interiorizou o poder metropolitano nas regiões a Oeste da América portuguesa, onde o ouro fora descoberto e que, legalmente, pertencia à Espanha (CANAVARROS, 2004, p.108). Todo esse aparato administrativo levou a um maior controle por parte do Estado português e à estabilidade do povoamento. As câmaras foram palco da atuação dos poderes locais e do próprio poder metropolitano, que se valia do seu corpo de funcionários para estender sua presença e a do seu rei a todo o corpo social do Império.

3 | FESTAS E PROCISSÕES REAIS

Festas e procissões reais fizeram parte do cotidiano dos moradores da capitania

de Mato Grosso, sobretudo com os eventos de vida da família real portuguesa. Essas manifestações públicas eram consideradas como demonstrativas de alegria, como nascimentos, aniversários e casamentos reais, e também demonstrativas de tristeza, como os falecimentos reais. Sua promoção e custeio se deram pelas câmaras municipais, contando com a participação obrigatória dos moradores e das irmandades religiosas. Essas festas e celebrações públicas reforçaram o sentimento de pertença a um Império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma Igreja.

Desde a primeira metade do século XVIII, as festas e celebrações reais eram promovidas na Vila do Cuiabá. Em 1736, sua câmara resolveu que compraria quatro tochas de cera branca para acompanharem as procissões reais. Ainda passou aviso sobre a participação obrigatória das irmandades da igreja matriz da vila, do mestre de capela e dos sacerdotes em todas as procissões reais (AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96).

As celebrações reais relacionaram-se aos acontecimentos de alegria e de tristeza, relativos às etapas de vida da família real lusitana. Observando primeiramente os eventos demonstrativos de alegria, a notícia do casamento de D. Maria com seu tio D. Pedro, em 1760, foi celebrada no ano de 1761 na capitania de Mato Grosso. Segundo o governador Antônio Rolim de Moura, o casamento real foi festejado nas vilas com “todas as demonstrações civis e militares”, em sinal de honra e da fidelidade portuguesa (AHU-NDIHR – Caixa 11. Doc. 646). Em 1768, o governador João Pedro da Câmara festejou o nascimento do neto do rei, ocorrido um ano antes. O ato representou a demonstração de alegria dos súditos, que beijaram a mão do seu monarca com tais atos festivos (AHU-NDIHR – Doc. 816). O nascimento de D. Maria Ana Vitória Josefa de Bragança, no ano de 1768, foi comemorado no ano de 1770. O governador Luís Pinto de Sousa Coutinho mandou celebrar missas cantadas nas igrejas matrizes (AHU-NDIHR – Doc. 882). Os avisos chegavam quase um ano após os eventos ocorridos, fazendo com que as festas fossem realizadas em anos posteriores.

Em 1777, Luís de Albuquerque recebeu a notícia do casamento da infanta Maria Francisca Benedita e deu ordem para que a população participasse das demonstrações de alegria pelo acontecimento (AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1176). No ano de 1787, Luís de Albuquerque ordenou também a celebração de missas cantadas nas igrejas matrizes de Vila Bela e da Vila do Cuiabá, por causa dos casamentos dos infantes de Portugal D. João e Dona Mariana Vitória com os infantes de Espanha Dona Carlota Joaquina e Dom Gabriel. Além das missas cantadas, tiveram Senhor Exposto e *Te Deum Laudamus* (AHU – Mato Grosso. Caixa 25. Doc. 1497). No ano de 1796, o governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ordenou a celebração de missas cantadas nas matrizes, pela notícia do nascimento do infante D. Antônio, mas de acordo com as possibilidades de cada localidade (AHU-NDIHR – Doc. 1721).

Dentro do contexto cultural do barroco, as demonstrações de alegria ficaram visíveis nas cores e nas armações efêmeras construídas nas igrejas matrizes e locais públicos. A

cor branca ou outras tonalidades claras ganharam evidência nessas ocasiões celebrativas, nos forros dos altares, nas cortinas e nas roupas das pessoas. Os tablados públicos para encenações teatrais, música e dança eram elementos que deveriam explicitar a alegria da população pelos acontecimentos positivos relativos aos monarcas e seus familiares. Todavia, cada evento era realizado conforme a disponibilidade de recursos das câmaras municipais e das doações de donativos por parte dos moradores.

Com relação às celebrações demonstrativas de tristeza, no ano de 1751, no governo de Antônio Rolim de Moura, realizaram-se na igreja matriz da Vila do Cuiabá as exéquias reais de D. João V, com “os sufrágios e demonstrações possíveis de sentimento”. Nesse mesmo ano realizaram também a celebração de Aclamação de D. José I. A população foi convocada a contribuir com esmolas para o pagamento do que fosse necessário para essas celebrações públicas. Era necessário pagar as missas aos sacerdotes, a cera do altar-mor e dos altares colaterais, as armações efêmeras (AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 360).

Nas exéquias de D. João V, os oficiais régios haviam demonstrado sua tristeza pelo falecimento do monarca. No dia 22 de maio de 1751, no cortejo fúnebre real saíram os oficiais camarários com o estandarte real de luto e com as varas, sendo eles o ouvidor geral e corregedor da comarca, João Antônio Vaz Morilhas, os juizes ordinários, Antônio de Moraes Navarro e Antônio Fernandes dos Reis, os vereadores, Luís Soares Pais, Francisco da Silva Ribeiro, Francisco João Botelho, o procurador do conselho, Francisco da Silva Lisboa, e o escrivão da câmara, José da Cruz Almada. Nessa cerimônia fúnebre real, vestiram luto, com capa e volta. Estiveram presentes ainda toda a “nobreza da terra”, irmandades, sacerdotes e fregueses, numa demonstração da “fidelidade portuguesa”, de pertencimento ao corpo político da monarquia. Na celebração de Aclamação de D. José I também estavam os mesmos oficiais vestidos com trajes de gala, levando o estandarte real para a igreja matriz. Assistiram todos à missa cantada e ao *Te Deum Laudamus* (AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 406).

Em 1771, Luís Pinto de Sousa Coutinho recebeu a notícia do falecimento da infanta Dona Maria Francisca Dorothea e logo solicitou que as câmaras praticassem as públicas demonstrações de tristeza pelo ocorrido (AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 949). Em 1777, após receber a notícia do falecimento do rei D. José I, Luís de Albuquerque, prontamente avisou as câmaras das vilas sobre o ocorrido, bem como deu ordens para que elas realizassem as exéquias reais ao monarca falecido. Ainda foi dada ordem de início do luto geral de um ano, sendo seis meses rigorosos e seis meses aliviados, como era de costume (AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1178).

Os oficiais da câmara da Vila do Cuiabá realizaram no ano de 1782 as exéquias pela morte de Dona Maria Vitória, mãe da rainha Dona Maria I. Fizeram as celebrações públicas correspondentes a tal momento, incluindo a construção do mausoléu dentro da igreja matriz da vila. Todavia, solicitaram o pagamento das propinas pela participação nessa

celebração pública real, em “corpo de câmara” (AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1383). A morte de D. Pedro III, ocorrida em 1786, foi celebrada um ano depois, em 1787. Luís de Albuquerque informou ao Conselho Ultramarino sobre a realização dessas exéquias reais e demais demonstrações de tristeza, a exemplo do cumprimento do luto de um ano. Todavia, o mencionado luto era dividido em duas partes. Na primeira, de seis meses rigorosos, tecidos pretos eram utilizados dentro das igrejas, nas vestimentas militares ou amarrados nas armas e símbolos reais. Na segunda parte, de seis meses aliviados, evitava-se promoções de divertimentos públicos, a não serem nas celebrações de aclamações reais ou festejos dos santos das irmandades (AHU – Mato Grosso. Doc. 1499).

Geralmente, na ocasião de uma morte de membro da realeza, a notícia era recebida pelo governador e capitão-general e pelas câmaras municipais. Em seguida, avisavam a população do ocorrido, bem como do tempo do luto e do dia e horário da celebração das exéquias e honras fúnebres reais. Construíam mausoléu na igreja matriz da vila e convocavam todo o clero e irmandades e demais fregueses para as cerimônias. Custeavam, juntamente com a ajuda da população, a contratação da música e do orador. Requeriam também do mestre de campo a participação do Corpo de Milícias, para darem as descargas de tiros ao final do evento (APMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Carta. Doc. 0169. Caixa 005).

Em 1798, atendendo às ordens da rainha D. Maria I, Caetano Pinto de Miranda Montenegro informou por carta como se praticavam na capitania de Mato Grosso as formalidades de funerais e exéquias dos membros da família real portuguesa. O relato de Caetano Pinto, por outro lado, demonstrou realidades distintas entre as vilas. Vila Bela apenas realizou as celebrações reais quando estava mais estabilizada e em condições de arcar com os custos desses eventos. A morte de D. João V não foi celebrada nessa localidade, pois a vila-capital havia sido fundada em 1752, após a morte do referido rei, ocorrida em 1750. Apenas havia o registro das exéquias realidades pela morte de D. José I, ocorrida em 1777. A câmara custeou essa celebração fúnebre, com o ato simbólico da quebra dos escudos reais, e fez sufrágios pela alma do rei na igreja matriz. Todavia, disseram os oficiais camarários que os rendimentos de sua instituição eram parcos e insuficientes para pagar todos os atos celebrativos. Para as exéquias de D. José I foram pagos os serviços de música, a cera para a celebração e para fixar os avisos das datas e horários, tábuas, baeta preta, os jornais de pretos, o perfume do ofício ou incenso, folhas de lata para a coroa do mausoléu, ferrões e gissaras (AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781).

Sobre a Vila do Cuiabá, informaram seus camarários que sempre promoveram as exéquias das pessoas reais, desde a criação da vila em 1727. Era prática abrir a carta do aviso da morte enviada pelo governador e capitão-general, em sessão da câmara. Depois eram publicados pela vila editais de aviso da morte e começo do luto, sendo seis meses rigorosos e seis meses aliviados, bem como das datas e horários das celebrações

fúnebres na igreja matriz. A câmara mandava construir, dentro da matriz, um mausoléu representativo do cadáver real. Era convocado todo o clero, irmandades e demais fregueses para participarem das exéquias reais. Pagava um orador e um mestre de música para entoar cânticos e um corpo de aleluias. Eram dadas descargas de tiros do estilo. As despesas do mausoléu, da música, do orador, da pólvora, da cera eram divididas entre o clero, irmandades, oficiais da governança e demais fregueses (AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781). Mais uma vez percebemos a atuação da população custeando eventos representativos da monarquia portuguesa.

Por toda a parte erigiram ainda mausoléus, uma tradição da arquitetura barroca. A construção do mausoléu apareceu como o símbolo mais representativo dessas celebrações públicas, atuando como a presença do corpo de um rei distante, ausente, mas presente por meio dessa armação efêmera. Do mesmo modo, o tempo do luto foi parte significativa, servindo como vivência de uma transição, de um rei para outro, e para transformar a figura do rei falecido em memória. Para Ana Cristina de Araújo, o aparato cerimonial da morte dos reis constituía motivo de atração popular e era manifestação póstuma de vaidade e prestígio (ARAÚJO, 1989, p. 166).

Esses símbolos, cores, armações efêmeras foram utilizados nessas celebrações almejando integração social, um possível consenso acerca do sentido do mundo social. Com esse poder simbólico, ocorria uma comunicação que cumpriu uma função determinada, em especial da imposição ou da legitimação da dominação (BOURDIEU, 1989, p. 10-11). A monarquia portuguesa por meio desses atos públicos reforçava sua relação de dominação sobre os indivíduos ou grupos que lhes estavam sujeitos, na própria estrutura do campo social em que se produziu e reproduziu a crença no poder da monarquia.

A questão da precedência foi fator de tensão e conflitos nos atos celebrativos. Na Aclamação Real de D. José I, na Vila do Cuiabá, na igreja matriz estavam presentes o governador e capitão-general, Antônio Rolim de Moura, oficiais da câmara, irmandades, religiosos e demais fregueses, quando uma questão de precedência gerou um conflito. Segundo o ouvidor João Antônio Vaz Morilhas, foi facultado pela Coroa que os oficiais da câmara tivessem assentos com encostos nas igrejas, das grades da capela-mor para dentro, em festas em que não estivesse exposto o Santíssimo Sacramento. Seguindo esta premissa, os referidos oficiais mandaram confeccionar esses tipos de cadeiras, sem braços, mas com encosto, para serem utilizadas por eles em tais eventos festivos. Contudo, no dia 6 de junho de 1751, nessa manifestação festiva de Aclamação Real, Antônio Rolim de Moura os proibiu de utilizarem esses móveis para “assentarem-se em um tosco banco”. Alegava Rolim de Moura que nem o ouvidor e nem os camarários poderiam ter esse tipo de assento diante de sua presença, por uma questão de precedência (AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 365).

Havia uma etiqueta política a ser cumprida, relacionada à posição que cada indivíduo ou grupo ocupava naquela sociedade. No ano de 1770, em Vila Bela, as Ladainhas de maio

foram marcadas pelas contendas entre o vigário da Vara e da Igreja, Domingos Gomes da Costa, e o ouvidor Miguel Pereira Pinto e os demais oficiais camarários. Relataram os camarários a recusa do mencionado padre em tocar o sino da igreja matriz quando eles saíam do prédio da câmara, em procissão, para a celebração festiva das Ladainhas de maio. O protocolo previa a chegada ao templo, após o repique dos sinos, em que eles receberiam a aspersão da água benta. Era um ato público, em que estariam presentes as irmandades, clero, nobreza da terra e outros fregueses. Todavia, resistiu o padre, dizendo não haver o repique dos sinos em outras igrejas em igual ato, a não ser na Vila do Cuiabá que “foi totalmente criada sem norma, nem forma”. O padre foi condenado a pagar propinas aos camarários, o que foi feito ao procurador da câmara Tomé da Silva Guimarães (AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 977).

Outro conflito ocorreu na Vila do Cuiabá, no ano de 1782, expressado pelos oficiais da câmara da Vila do Cuiabá numa representação enviada à Coroa a respeito do custeio das festas reais. Disseram que o reverendo vigário da Igreja e da Vara, Manoel Bruno Pina, queria que a câmara desse a cada um dos membros do clero uma libra de cera, em todas as funções eclesiásticas em que tinham a obrigação de participar e custear. Todavia, reclamavam que o preço da cera era mais cômodo na corte do que “nesta região totalmente remota” e de que Manoel Bruno Pina havia devolvido à câmara a cera paga pela festividade da Visitação de Nossa Senhora, por não ser de libra para cada um dos sacerdotes. Consideraram os oficiais camarários esse um ato de ofensa pública, sobretudo pelo papel que a câmara representava no ultramar, de integrantes do corpo político do Império. Por essa razão, resolveram os vereadores suspender provisoriamente a celebração das festas que eram obrigados a participar, segundo as ordenações do reino, para promover apenas missas rezadas enquanto a monarquia não resolvesse o assunto. Reclamaram dos valores excessivos cobrados pelos sacerdotes em ocasiões que a câmara custeava os gastos festivos, sendo cobrados de esmolas por cada missa cantada nove mil seiscentos réis aos sacerdotes, quatro mil e oitocentos para os acólitos, dois mil e quatrocentos réis para o sacristão (AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384).

A prática da precedência, do lugar que cada indivíduo ou grupo deveria ocupar, fez parte da etiqueta social do Antigo Regime e esteve presente em diversas festas e celebrações públicas da capitania de Mato Grosso. A precedência expressava as posições de poder, prestígio, honra e a fama dos indivíduos aos olhos de todos. A opinião social legitimava o prestígio dessas pessoas, cada uma em relação à outra, dentro de um desempenho conjunto que seguia determinadas regras (ELIAS, 2001, p. 117-118). O ser social era identificado com a representação que era dada pela própria pessoa ou pelos outros. As demarcações de posições em procissões, lugares dentro do espaço da igreja matriz, expressavam as fronteiras de poder da sociedade.

A precedência era parte importante da composição das sociedades do Antigo Regime, mas de forma relacionada encontrava-se também o consumo representativo

(CARDIM, 1998, p. 132-135). Promover as festas e celebrações reais era prática onerosa, dispendiosa de recursos à população e coube à câmara municipal a responsabilidade pelo custeio das festas e procissões reais, mas não somente a essa instituição. A população era convocada a participar e a contribuir com esmolas para as despesas festivas.

As festas e celebrações reais reforçaram o sentimento de pertença a um Império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma religião, mas não foram realizadas da mesma maneira nas distintas localidades do reino e do ultramar. Existiram realidades diferenciadas, com grupos sociais e economias distintas (SILVA, 2008, p. 31-39). Como discutimos, imagens sobre o monarca e dos poderes locais eram explicitadas a cada evento festivo, por meio de palavras, atos simbólicos, procissões, bailes, danças e representações teatrais. O poder monárquico se mostrava aos súditos nesses eventos. Aparentemente, era o rei, por meio da câmara e da Fazenda Real, que custeava esses momentos festivos às populações sob seu domínio. Todavia, era a população que custeava com suas esmolas o extenso programa festivo representativo da Coroa. As celebrações públicas reais relacionaram-se aos acontecimentos de alegria e de tristeza, compondo o universo político e cultural do barroco.

Os oficiais régios e demais corpos sociais da capitania de Mato Grosso explicitavam seus lugares sociais durante as festas e procissões reais. Cada grupo possuía seu lugar nas procissões e também dentro da igreja matriz, uma marcação que deveria saltar aos olhos de todos os presentes.

4 | CONCLUSÃO

As câmaras municipais, os governadores e capitães gerais, as irmandades religiosas, os oficiais mecânicos e outros personagens coloniais produziram e reproduziram celebrações públicas que garantiriam a presença da realeza lusitana. Isso não era feito de modo gratuito, e sim como uma ordem metropolitana a ser cumprida no Novo Mundo. Essa participação, mesmo que distanciada no tempo e no espaço, das etapas de vida do soberano e de sua família interligava a capitania de Mato Grosso aos outros espaços sociais do Império português, pois todos faziam parte de uma mesma extensão político-administrativa, ligadas à sua sede, Lisboa. As práticas festivas e celebrativas figuravam como ocasiões significativas para a exibição do poder camarário, pois produziram distinção social nas principais cerimônias ou atos públicos em Vila Bela e na Vila do Cuiabá. Cada um sabia o lugar a ser ocupado em decorrência da sua posição social e os símbolos, trajes explicitavam essas diferenciações.

As câmaras municipais eram protagonistas na promoção e realização das festas e celebrações públicas, pois seus membros deveriam comparecer a esses eventos em “corpo de câmara”, com todas as insígnias representativas da presença do monarca nesses eventos agregadores da população colonial. As câmaras municipais eram os pilares

sustentadores do Império português, significando uma continuidade que governadores, bispos e magistrados, autoridades passageiras, não podiam assegurar; a elas cabia garantir a presença do Estado na fronteira Oeste de suas possessões americanas.

Na capitania de Mato Grosso, com a promoção dos festejos reais e das celebrações públicas, seus moradores realizavam manifestações da “fidelidade portuguesa”. Imagens sobre o monarca e dos poderes locais eram construídas e explicitadas a cada gesto, palavra, ato, nas procissões, cortejos, nos bailes, nas danças, nas representações teatrais.

As festas e celebrações públicas constituíam-se em fragmento significativo da vida urbana das vilas coloniais. Elas eram acompanhadas por vários ritos públicos, presididos tanto por representantes do poder metropolitano como do poder religioso, envolvendo espaços celebrativos e símbolos laicos e religiosos. Foram diversas as sociabilidades estabelecidas pelos diferentes personagens coloniais durante essas práticas culturais. Nessas ocasiões as hierarquias eram claramente exibidas em cada etapa ritual, principalmente por meio da etiqueta, que evidenciava as diferenças dos grupos sociais.

Nessas festividades e celebrações públicas, os laços de pertencimento a Portugal eram reforçados, e os rituais praticados eram semelhantes aos que eram realizados em Lisboa e em toda a extensão do Império luso. Mesmo estando distante no espaço e no tempo do momento em que aconteciam os fatos relativos à vida do monarca ou da própria família real portuguesa, todos os que se encontravam no espaço ultramarino aproximavam-se de seu rei, da Coroa, em demonstrações relativas a esses acontecimentos, fosse de alegria ou de tristeza.

Eram rituais da urbanidade, pois aconteciam em locais de movimentação constante, nos quais pessoas se concentravam para participar de cada etapa ritual, compondo um ambiente celebrativo. Eram festas públicas, envolvendo sociabilidades entre os colonos, aprendizados, hierarquias sociais. Manifestações coletivas exigiam a montagem de uma estrutura cultural que se espelhava na Europa, especificamente Portugal, dando sentido à ocupação territorial de terras, na fronteira Oeste das possessões lusas na América.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. Morte, memória e piedade barroca. **Separata da Revista de História das Idéias**, Universidade de Coimbra, vol. 11, 1989, p. 165-166.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CARDIM, Pedro. O quadro constitucional. Os grandes paradigmas de organização política: a coroa e a representação do Reino. As cortes. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (Quarto volume, O Antigo Regime, 1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto, JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. **A Vila em ricas festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744)**. Belo Horizonte: C/Arte, FACE-FUMEC, 2003.

SILVA, Gilian Evaristo França. **Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (Quarto volume, O Antigo Regime, 1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 360.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 365.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 406.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 949.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 977.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1176.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1178.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1383.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 25. Doc. 1497.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Doc. 1499.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR - Doc. 1781.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Caixa 11. Doc. 646.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Doc. 1721.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR - Doc. 62.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Doc. 816.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Doc. 882.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT– Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Carta. Doc. 0169. Caixa 005.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso -APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770 a 1779 – Alteração dos capítulos 5º, 6º, 7º, 9º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º do livro das Correições e Audiências Gerais que serve na Ouvidoria.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso -APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocementario 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021